



Conselho  
Regional de  
**PSICOLOGIA SP**

**50**  
anos

# PSI

Edição nº 204 • ano 2024

## *Afinal, o que faz o CRP SP?*

*Prestes a completar 50 anos de atividades,  
Conselho paulista reforça atribuições  
e busca aproximação com categoria*



**Diferenças  
que constroem,**  
Compromisso social  
e ético da Psicologia

**15** **ARTIGO:**  
Lutas, percursos  
e avanços

**18** **SUBSEDES:**  
Por dentro dos  
territórios

**24** **ORIENTAÇÃO:**  
Práticas e instrumentos  
psicológicos



PENALIDADES ÉTICAS

UM DIA NA VIDA | QUEM É A DIRETORIA DO CRP SP

CAPA | AFINAL, O QUE FAZ O CRP SP?

ARTIGO | PEDRO BICALHO: LUTAS, PERCURSOS E AVANÇOS

IVANI DE OLIVEIRA: "MINHA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL FOI ORIENTADA PELOS DEBATES QUE OCORRIAM NO CONSELHO"

SUBSEDES | POR DENTRO DOS TERRITÓRIOS

ÉTICA | OS CAMINHOS PARA REPARAÇÃO E SOLUÇÃO DE CONFLITOS

ORIENTAÇÃO | PODE OU NÃO PODE?

PERSPECTIVA DA/O USUÁRIA/O | "ESPERO QUE A GENTE TENHA OS PROBLEMAS RESOLVIDOS"

ESTANTE | SELEÇÃO DE CONTEÚDOS DO CRP SP SOBRE A PRÁTICA PSICOLÓGICA

4

5

9

15

18

21

24

27

30

Conselho  
Regional de  
PSICOLOGIA SP50  
anos

psi

Publicação do Conselho Regional  
de Psicologia de São Paulo,  
CRP SP, 6ª Região**Diretoria****Presidenta:** Talita Fabiano de Carvalho  
**Vice-presidenta:** Ana Tereza da Silva Marques  
**Secretária:** Marta Eliane de Lima  
**Tesoureiro:** Eduardo de Menezes Pedroso**Conselheiras e conselheiros efetivos**Ana Tereza da Silva Marques (CRP 06/141032)  
Annie Louise Saboya Prado (CRP 06/86192)  
Camila Prandini Prandini (CRP 06/157432)  
Dreyf de Assis Gonçalves (CRP 06/55379)  
Eduardo de Menezes Pedroso (CRP 06/122428)  
Ione Aparecida Xavier (CRP 06/27445)  
Janaina Darli Duarte Simão (CRP 06/47523)  
Lilian Suzuki (CRP 06/27810)  
Luciane de Almeida Jabur (CRP 06/66501)  
Magna Barboza Damasceno (CRP 06/66384)  
Mária da Glória Calado (CRP 06/33194)  
Marta Eliane de Lima (CRP 06/94890)  
Mônica Cintrão França Ribeiro (CRP 06/20583)  
Murilo Centrone Ferreira (CRP 06/142583)  
Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781)**Conselheiras e conselheiros suplentes**Camila Andrade de Oliveira (CRP 06/94895)  
Carlos Eduardo Mendes (CRP 06/153775)  
Carú de Paula Seabra Moreira Ribeiro (CRP 06/136173)  
Davi Rodríguez Ruivo Fernandes (CRP 06/118838)  
Fabiana Macena Luiz (CRP 06/148611)  
Gabriela Alvim de Oliveira Freitas (CRP 06/149012)  
Giseli de Fátima Assoni (CRP 06/72980)  
Ivani Teixeira Mendes (CRP 06/42535)  
Leonardo Maggi Gambatto (CRP 06/124424)  
Mária da Piedade R. de Araujo Melo (CRP 06/45952)  
Mayara Aparecida Bonora Freire (CRP 06/120511)  
Sonia Maria Motinho da Silva (CRP 06/12033) - Renunciou  
ao cargo de Conselheira Suplente do XVII Plenário  
Tayná Alencar Berti de Souza (CRP 06/83455)  
Valéria Campinas Braunstein (CRP 06/31093)  
Wilson Flávio Lourenço Nogueira (CRP 06/53258)**Realização****Comissão de Comunicação:****Presidente:** Davi Rodríguez Ruivo Fernandes  
**Membras:** Ana Tereza da Silva Marques, Marta Eliane de Lima, Talita Fabiano de Carvalho e Tayná Alencar Berti de Souza**Coordenadora de Comunicação:** Tais Souza**Redação:** Priscilla Auilo Haikal**Diagramação:** Paulo Mota e Micael Melchades**Capa:** Paulo Mota**Aprovação:** XVII Plenário**Impressão:** IGB - Indústria Gráfica Brasileira Ltda.**Tiragem:** 160.000 exemplares**Sede CRP SP**Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América  
CEP 05410-020 São Paulo SP  
E-mail: info@crpsp.org.br**Subsedes CRP SP****Alto Tietê** | altotiete@crpsp.org.br  
**Assis** | assis@crpsp.org.br  
**Baixada Santista e Vale do Ribeira** | baixada@crpsp.org.br  
**Bauru** | bauru@crpsp.org.br  
**Campinas** | campinas@crpsp.org.br  
**Grande ABC** | atendimentoabc@crpsp.org.br  
**Metropolitana** | metropolitana@crpsp.org.br  
**Ribeirão Preto** | ribeirao@crpsp.org.br  
**São José do Rio Preto** | sjrpreto@crpsp.org.br  
**Sorocaba** | sorocaba@crpsp.org.br  
**Vale do Paraíba e Litoral Norte** | vale@crpsp.org.br

www.crpsp.org.br

@crp\_sp

/crpsp

/company/crp-sp

@crp\_sp

/crpspvideos

# MUITO PRAZER, CRP SP

O primeiro **Jornal Psi** do ano está diferente. “É uma edição totalmente institucional e que inicia as celebrações dos 50 anos do Conselho Regional de São Paulo (CRP SP)”, explica a presidenta Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781).

Com o objetivo de alcançar uma aproximação maior com a categoria, voltamos algumas etapas para estabelecer uma troca fundamental em qualquer relação: nos apresentar. A proposta é detalhar nossos processos de funcionamento, quem somos e o que fazemos, para facilitar o entendimento acerca das atribuições do Conselho - que vão muito além das articulações políticas.

O CRP SP é um órgão de gestão que possui uma estrutura organizacional e administrativa, com fluxos e procedimentos voltados essencialmente para assegurar o direito ao trabalho de psicólogas e psicólogos. Seja por meio do registro profissional, da orientação à categoria, ou na fiscalização da prática psicológica, são ações que têm como finalidade garantir o exercício ético da Psicologia, uma ciência e profissão indispensáveis para a transformação social.

Por isso que abrimos esta **edição 204** com um perfil de cada uma das quatro pessoas que compõem a diretoria do XVII Plenário. Na sessão **Um dia na vida**, você acompanha mais detalhes da trajetória de Talita, Ana, Marta e Eduardo, desde a chegada ao cargo de conselheira e conselheiro, até a rotina de atividades na autarquia.

Na sequência, a **Matéria de capa** tem como foco a questão central que motivou a elaboração desta publicação: o que faz o CRP SP? A resposta foi costurada a partir das principais normativas e resoluções, a explicação de trabalhadoras e trabalhadores sobre os processos internos, e o depoimento da psicóloga Ana Bock acerca da importância do compromisso social do Conselho no desenvolvimento da profissão no país.

Esse último aspecto também foi destaque no **Artigo** intitulado “Lutas, percursos e avanços do Sistema

Conselhos”, elaborado pelo presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Pedro Bicalho. A vice-presidenta do CFP, Ivani de Oliveira, escreveu sobre a relevância da representatividade do CRP SP no contexto nacional e lembrou das diferentes vivências que teve na instituição - de participante de eventos até a presidência do maior Conselho Regional do país.

Por meio do depoimento das Comissões Gestoras, que destacaram as potências e desafios de cada território, é possível conhecer a realidade das **11 Subsedes**. Na seção **Ética**, saiba mais sobre o trabalho da Câmara de Mediação (CAM COE) na reparação e solução de conflitos. Já em **Orientação**, os caminhos para entender quais práticas e instrumentos psicológicos podem ser associados ao exercício profissional.

Ainda na busca de ampliar o diálogo e se aproximar da categoria, fomos até a Subsele Metropolitana, na cidade de São Paulo, e conversamos com psicólogas e psicólogos que procuraram atendimento para saber como é a **Perspectiva de cada usuária e usuário**. Para encerrar esta edição, uma seleção de cadernos, livros, podcasts e vídeos sobre temas e questões práticas da profissão na seção **Estante**.

Após um período de profundas mudanças para viabilizar a modernização dos serviços prestados, numa gestão que prioriza a responsabilidade com o fazer público, o maior conselho regional do Sistema Conselhos celebra os avanços percorridos nesse meio século de atividades e reconhece o caminho a ser percorrido para alcançar respostas mais eficazes e eficientes no fazer ético-político da Psicologia.

É um exercício profissional que emancipa pessoas e que só pode ser vivenciado onde há garantia de Direitos Humanos, respeito às diversidades e equidade de oportunidades.

**XVII Plenário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo**



# QUEM É A DIRETORIA DO CRP SP

## A rotina e a história das psicólogas e psicólogo responsáveis pela gestão executiva do XVII Plenário.

A formação em Psicologia foi uma tentativa de evitar que outras crianças sofressem as mesmas dores da exclusão vividas na infância. A militância no movimento estudantil e sindical começou como reação às violências e discriminações. Foi na gestão municipal que surgiu a paixão pela defesa das Políticas Públicas. A vocação para Psicologia social veio da vontade de atuar na garantia de direitos para todas as pessoas.

Essas são apenas partes das histórias contadas pelas psicólogas e psicólogo que formam a atual diretoria do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP). O **Jornal Psi** conversou com a conselheira presidenta Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781), a conselheira vice-presidenta Ana Tereza da Silva Marques (CRP 06/141032), a conselheira secretária Marta Eliane de Lima (CRP 06/94890) e o conselheiro tesoureiro Eduardo de Menezes Pedroso (CRP 06/122428) para saber como é o dia a dia nessas funções e efetivamente o que significa integrar o "órgão responsável pela operacionalização de diretrizes e decisões do Plenário".

Faz parte das missões da diretoria a construção de uma gestão plural e diversa, onde haja apoio e reconhecimento das diferenças na atuação das psicólogas e dos psicólogos, de modo que todas as pessoas tenham condições e informações para cumprir com o **Compromisso ético e político da Psicologia**.

### Como?

Apresentar recursos e caminhos dentro de uma prática que priorize a **defesa de direitos** e a responsabilidade social.

### Por quê?

Ao lidar com o sofrimento humano, a **atuação da Psicologia** inclui transformar as exclusões e desigualdades.

### Entre cafés e ofícios

"Antes das sete horas da manhã, quando ainda nem terminei de coar o café, já tenho reunião marcada. Nossa conversa, por exemplo, é minha quarta agenda do dia", contabiliza a presidenta **Talita** quando o relógio marca 13h38.





“Eu sou a pessoa física do CRP SP. Ou seja, o CPF desta autarquia pública federal. Todos os ofícios, contratos, memorandos, pagamentos, ações judiciais que o Conselho responde, e até as carteiras dos profissionais, **sou eu quem assino.**”

São mais de mil ofícios emitidos por ano, todos lidos e assinados pela presidência, que também preside reuniões da diretoria e todas as plenárias (ordinárias e de julgamento).

Como a responsabilidade legal recai sobre mim, preciso estar ciente das ocorrências e entender das regras, já que também é minha obrigação fazer cumprir o Regimento Interno. Além da parte de deliberações e execuções administrativas, existe o lado da representação institucional, com a participação em eventos, encontros da categoria, reuniões das presidentas e presidentes dos CRPs, e outras atividades do Sistema Conselhos de Psicologia.

São aproximadamente 200 trabalhadoras e trabalhadores que fazem parte do CRP SP.

Isso tudo sem abrir mão das minhas funções de pessoa trabalhadora, como professora universitária e psicóloga clínica – já que a atuação das conselheiras e dos conselheiros não é remunerada.

Comecei no CRP SP na gestão do XVI Plenário, onde fiquei dois anos e meio como conselheira secretária, coordenadora da Comissão Gestora da Subseção São José do Rio Preto, coordenadora do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) e da Comissão de Comunicação (ComCom). Foi logo após ter sido eleita delegada no pré-Congresso Regional de Psicologia (COREP), sem conhecer ninguém e nem ter qualquer tipo de influência, o que prova como o **sistema é democrático.**

Apesar da constante atuação na administração pública municipal, onde descobri a minha paixão pelas Políticas Públicas, passei muito tempo sem conhecer a dimensão do Conselho, do seu lugar de acolhimento e de orientação, da vasta produção de conteúdos e orientações que ampliam nossa perspectiva do compromisso da Psicologia com a defesa de direitos. Minha relação se limitava ao pagamento das anuidades.

Hoje compreendo e me dedico às funções primordiais do Conselho: garantir o direito da psicóloga e do psicólogo trabalharem, fiscalizar o exercício profissional para que a **sociedade tenha garantias** ao procurar o atendimento psicológico, e viabilizar meios para a categoria praticar uma Psicologia que emancipa, que lida e luta para acabar com os atravessamentos que produzem sofrimento. **Não são as pessoas que são doentes, a sociedade que é opressora.”**



### A presença que transforma

“Eu desenvolvi muitas estratégias para realizar o que desejava. Porque eu não escuto, então preciso de condições específicas para conseguir viver numa sociedade capacitista”, revela a vice-presidenta do CRP SP, Ana. “São formas de me adaptar para poder estudar, trabalhar ou simplesmente para não ser atropelada ao atravessar a rua. A gente nunca sabe a dor do outro efetivamente, mas tentar se sensibilizar diante das diversidades, e buscar um trato ético e cuidadoso nessas convivências é fundamental.

Isso é um aspecto que percebo no Conselho, a pluralidade das demandas que chegam e fazem com que a gente amplie o nosso entendimento acerca dos vários contextos e realidades. Tanto que está no mote da gestão: ‘diferenças que constroem’.

Ao longo da vida, e principalmente na infância, senti muito as dores de ser excluída, ainda que não soubesse explicar ao certo do que se tratava. Quando comecei a cursar Psicologia, o meu objetivo era que nenhuma criança sofresse o que passei, porque foi muito doloroso. Uma vontade de trabalhar na defesa da minha comunidade de pessoas surdas e com deficiência.

Foi justamente ao me aproximar do CRP SP e do CFP, onde eu participava dos Grupos de Trabalho de pessoas com deficiências, que aprendi mais sobre acessibilidade e equidade. Como você cobra algo que nunca fez parte da sua realidade?

Lutar contra o capacitismo, entender a dimensão dos Direitos Humanos como regra na sociedade, tem sido um grande marco para mim. Sobretudo ao es-

tar na diretoria do Conselho, que não sabia até que ponto eu poderia agregar, ou se realmente seria incluída - porque sou a primeira surda bilíngue a estar neste espaço da autarquia.

Atualmente, como **vice-presidenta**, tenho conquistado um repertório muito vasto sobre gestão e relações institucionais, e também mediação de conflitos.

Além de auxiliar e substituir a presidenta em suas faltas ou impedimentos, é função da vice-presidência assumir a presidência do Conselho no caso de sua vacância e executar outras tarefas que lhe sejam atribuídas.

É um espaço que exige muita adaptação, mas sinto que minha presença nas atividades e participação na tomada de decisões funcionam como uma forte **mensagem de inclusão**, a ponto de gerar reflexões profundas sobre acessibilidade e representatividade.

Acredito que nunca tive tanta oportunidade de falar como tenho hoje no CRP SP. Uma experiência que me contemplou bastante foi apresentar o encontro formativo “Da sobrevivência a sobre vivências: desafios da inclusão na prática” para todas as equipes do CRP SP, no final do ano passado. Tive retornos muito positivos, de pessoas que disseram não ter proximidade com o assunto, mas que compreenderam as formas de agir para **fortalecer a luta anticapacitista**.

Outro fato marcante são os depoimentos de pessoas da comunidade surda que recebo, ao perceberem que minha atuação no Conselho configura a abertura de espaços, e que antes nem imaginavam ocupar esses lugares, como uma forma de encorajamento.”

### Da articulação à luta por direitos

“Não é só responder: aprovado ou negado. Até para solicitar um parecer, é necessário estudar. Consiste em se instrumentalizar minimamente para deliberar sobre os assuntos”, explica a secretária **Marta**. “É um fluxo contínuo, o tempo todo a secretaria é acionada para tomar decisões na gestão, em complemento com a tesouraria, vice-presidência e presidência.

Muitas vezes é preciso consultar uma legislação específica, fazer o recorte com outras regulamentações e pensar quais as possibilidades de ação naquele momento. Por exemplo, todas as deliberações vêm com subsídios e envolvem teto de gastos, questões orçamentárias

e normas do Tribunal de Contas. São determinações que fazem parte do cumprimento dos princípios da administração pública, de razoabilidade, proporcionalidade etc.

Outro aspecto desafiador na secretaria é o acúmulo de várias responsabilidades, onde é preciso fazer uma articulação do operacional em busca de apoio administrativo para executar as tarefas. Somos uma autarquia que **só cresce em número de psicólogas e psicólogos**, e por vezes encontramos dificuldades que não têm solução imediata.

Em 2024, o CRP SP ultrapassou a marca de 200 mil profissionais inscritas e inscritos (sendo 150 mil registros ativos), em 11 territórios.

Mas estamos construindo um processo de estruturação e organização de fluxos para que seja possível oferecer um **atendimento** adequado e uma **aproximação** efetiva com a nossa classe. Em termos práticos, abrange ações como o mapeamento das condições técnicas de trabalho, a modernização dos sistemas até a atualização de conteúdos orientativos.

Na minha formação, sempre consultei os materiais teóricos dos Conselhos, como as referências técnicas do **CREPOP**. Utilizei inclusive nas minhas atividades no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), unidade onde permaneci até 2013, ano em que ingressei no sistema prisional.

A minha aproximação com o Conselho ocorreu em 2019, na tentativa de conseguir apoio devido uma situação específica. Pela minha atuação, foi natural que esse contato inicial fosse com o GT prisional, e passei a frequentar e a colaborar com as reuniões mensais.

Até que nessa troca com as conselheiras e conselheiros da antiga gestão, recebo o convite para participar do Plenário e vivencio uma nova experiência em relação ao Conselho, de um fazer político e administrativo que modifica meu entendimento das possibilidades da autarquia.

Como secretária, um aspecto que me motiva bastante em meio essa rotina de reuniões, diálogos



com as gerências e construções normativas é participar de avanços no próprio exercício profissional de psicólogas e psicólogos. Pensar junto com a categoria quais as maneiras de aplicar o Código de Ética e de agir em defesa dos Direitos Humanos conforme as especificidades de cada área de atuação.

Seja a partir de encontros orientativos ou na elaboração de referências, são formas de incentivar a discussão e a reflexão acerca de temáticas ligadas ao racismo, os direitos LGBTQIA+, os atendimentos nas comunidades terapêuticas e o uso das TICs. Faz parte de um aspecto político e social **transformador da Psicologia**, que me levou a escolher essa ciência como profissão e também como prática de vida.”



### Sobre viver e militar

“É difícil de acreditar, mas para assumir o cargo de tesoureiro na diretoria, eu pedi demissão de dois trabalhos. Sei que muita gente pode achar essa escolha descabida, mas eu interpreto como uma maneira de colaborar com o fazer profissional da Psicologia. Nada mais é do que compromisso social”, defende o tesoureiro **Eduardo**.

“Estamos falando do maior Conselho Regional de Psicologia do país, é uma enorme responsabilidade.

Manual de procedimentos administrativos e financeiros



São encargos complexos, de custos, arrecadação e gestão orçamentária, que exigem um trabalho bastante preciso e alinhado com as gerências e assessorias. Um dos focos de atuação do atual Plenário é justamente melhorar as condições de trabalho e as relações com as trabalhadoras e trabalhadores, para que a estrutura administrativa tenha meios de subsidiar e tornar viáveis as ações políticas.

Essa é a minha segunda experiência como **tesoureiro**. Já estive nessa mesma função no sindicato de telemarketing, quando trabalhava na área de telecomunicação e decidi me sindicalizar, antes mesmo de fazer Psicologia.

### ⚠ Alerta gatilho ⚠

Tenho bastante vivência em gestão e em articulação política. Entrei para militância ainda adolescente, devia ter uns 14 anos, numa época em que sofria muita discriminação e diversos tipos de agressões. Sempre fui um homem negro, preto, pobre, favelado, periférico e pessoa LGBTQIA+. E constantemente era alvo de piada, apanhava e sofria demais na escola. Cheguei a ser apedrejado por mais de um quilômetro. Eram muitas violências.

Quando chegou num ponto em que eu decidi que esses ataques tinham que parar e comecei a me aproximar de pessoas que de alguma forma poderiam me defender. Mas foi um movimento arriscado, que chamou atenção de uma professora do ensino fundamental, chamada Silvia Tardelli. Ela percebeu minha rebeldia com esse mundo que só me agredia e violentava, e então me questionou: ‘por que você não canaliza a sua revolta em algo que possa ser bom para a sociedade?’.

Foi quando me candidatei e venci a eleição para vereador estudante em Campinas, e pude colaborar até na elaboração de projetos na Câmara Municipal. Continuei na militância estudantil ao longo dos anos, e depois fui para a sindical. Nessa mesma cidade, em 2018, foi onde entrei para o CRP SP e fiz parte da Comissão Gestora durante o XV Plenário.

Na gestão seguinte, eu atuo como coordenador da CG da Subseção Campinas, e na atual, sou convidado a compor a diretoria. Consiste numa vivência muito importante para me reconhecer enquanto categoria, fazer parte de uma instituição onde as atividades são voltadas para pensar em garantias desse fazer profissional, e também na defesa de direitos, que passa por transformar exclusões e desigualdades.

Por isso a necessidade e a relevância do Conselho se constituir como uma entidade acolhedora, próxima e acessível às psicólogas e aos psicólogos. Que consiga se comunicar e traduzir as bandeiras políticas para que a categoria tenha vontade e interesse em participar, de modo a se sentir pertencente a um todo.”

Atividades principais: aprovação de nota de empenho, organização dos centros de custo, checagem do orçamento (se existe verba suficiente e se determinado gasto se justifica dentro dos processos legais), acompanhamento de auditoria financeira, elaboração de relatório anual de gestão e cumprimento da política de arrecadação, entre outros.

# Afinal, O QUE FAZ O CRP SP?

Autarquia completa meio século neste ano e busca consolidar aproximação com a categoria.

## Conselho

Responsável por acompanhar a qualidade técnica e ética do exercício profissional, garantir o direito ao trabalho e construir Políticas Públicas para psicólogas e psicólogos atuarem.

## Regional

Em São Paulo, 30 conselheiras e conselheiros de 11 subsedes compõem o XVII Plenário, responsável pela gestão 2022-2025, com 150 mil inscrições profissionais ativas.

## Psicologia

As diretrizes e formas de trabalho são pautadas pelas deliberações do Congresso Nacional de Psicologia (CNP), realizado a cada três anos.

A história do Conselho Regional de Psicologia da 6ª região (CRP-06) tem início oficial no dia 27 de agosto de 1974, numa sede improvisada na Avenida Ipiranga, nº 395, região central da capital paulista. Nessa data, houve a instalação do CRP-06, a primeira eleição e a posse da diretoria da gestão (1974-1977), com nove pessoas membras efetivas e nove suplentes.

O episódio aconteceu três anos após a aprovação da **Lei Federal nº 5.766**, de 20 de dezembro de 1971, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia.

Desde então, houve um total de 17 gestões que concretizaram avanços e promoveram diversas mudanças até a atual configuração do CRP SP. Um exemplo de modificação que segue em curso no Conselho é a construção de uma abordagem mais dialógica e próxima da categoria, com outras possibilidades de contato que vão além das funções de disciplinar e fiscalizar.

A alteração da nomenclatura “delegacias” para “subsedes”, em 1993, faz parte desse movimento para se distanciar de um aspecto punitivo e judicializante. Foi uma escolha que teve como objetivo a descentralização, para garantir maior autonomia às subsedes e valorizar os projetos focados nos contextos específicos de cada região.

A intenção era alcançar uma prática mais democrática e participativa. Por esse motivo que a administração deixou de ser responsabilidade de uma delegada ou delegado, e passou a ser de uma Comissão Gestora.



Na avaliação da conselheira presidenta da Comissão Especial de História e Memória (CHM), **Mônica Cintrão França Ribeiro** (CRP 06/20583), essa transição é resultado da própria mediação entre profissão e sociedade, num trabalho contínuo de orientação, de acolher demandas e estabelecer trocas que amparem a categoria na sua prática psicológica.

“Percebo ao longo das gestões que existe essa busca de acessar cada vez mais psicólogas e psicólogos e assim efetivar ações que funcionem no sentido preventivo. São tentativas de construir diálogos para melhorar o exercício profissional, de modo a evitar infrações éticas e até alcançar soluções mais equilibradas.”







A psicóloga também destaca os esforços da gestão por estabelecer essa maior participação, inclusive a partir do Resultado 4.1 do Planejamento Estratégico de 2023, que trata da aproximação do Conselho com as Instituições de Ensino Superior (IES) do estado de São Paulo.

“A gente entende que se tivermos contato com quem forma a categoria, bem como com as pessoas em formação, vamos ter egressas e egressos mais bem apropriados dos princípios legais da Psicologia, e do próprio papel do Conselho na prática profissional. Temos estabelecido uma relação muito boa nesses espaços”, afirma.

### Outras iniciativas do XVII Plenário



Estruturação interna com programa de plano de cargos, de empregos, carreiras e salários.



Construção e atualização de políticas de TI, de recursos humanos e de comunicação institucional.



Qualificação, treinamento e contratação de profissionais especializadas e especializados.



Modernização de processos com a migração de recursos e serviços para plataforma on-line.

Desde setembro de 2021, o CRP SP fez sua migração completa para o **BR Conselhos (BRC)**, um sistema de atendimento e serviços que integra informações cadastrais, financeiras, de processos e de fiscalização, que foi contratado pelo Conselho Federal de Psicologia para os 24 Conselhos Regionais (CRs) em 2019. Essa plataforma permite o cadastro e a emissão on-line de documentos, de certidões e comprovantes, a geração de boletos das anuidades, entre outros.

Segundo a gerente de Relações Institucionais, **Rute Alonso**, essa iniciativa de padronização e otimização de acesso aos serviços com a utilização de ferramentas on-line propicia mais transparência e também mais segurança nos processos, sobretudo no atendimento e na análise documental.



“Anteriormente, para obter toda e qualquer declaração, psicólogas e psicólogos precisavam entrar em contato com o CRP SP. A cada começo de ano, tínhamos uma demanda de mais de 100 mil profissionais nos acionando para atualizar a certidão de regularidade profissional. Hoje, como grande parte dessa demanda está sistematizada, basta entrar no BRC e gerar o documento.”

Rute ainda destaca que essa melhoria estimula uma mudança de cultura que é desejada pela própria gestão. “Que as pessoas venham na sede do Conselho para fazer outras coisas que não se limitem a resolver questões administrativas básicas, como um pedido de inscrição ou geração de boleto. Que

possam vir e ocupar o nosso espaço físico para orientação, palestras... Trocas mais efetivas e construtivas. Mais acolhimento e menos burocracia, sabe?”

**Alessandro Coelho Polo**, coordenador de Atendimento do CRP SP, afirma que a eliminação de etapas nesses procedimentos, como o prontuário físico – que agora é totalmente digital - traz celeridade e melhora a dinâmica interna do departamento.

Outro aspecto válido é a maior autonomia das psicólogas e psicólogos ao preencherem seu cadastro no BRC, a partir da sua autorreferência. “Agora é possível fornecer informações sobre a compreensão de sua identidade,

como autodeclaração racial, de gênero, orientação sexual e se é pessoa com deficiência. São informações importantes para conhecer melhor a categoria, e ainda relacionar com os resultados do **CensoPsi**”



Além disso, outra ação realizada no último ano, com foco na modernização do Conselho, foi a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Consiste numa ferramenta para facilitar a gestão dos documentos, de processos administrativos e dos fluxos de trabalho, desde o pagamento de um serviço até a aprovação de contratos.

“Antes do SEI, não existiam esses mecanismos. As áreas faziam a guarda de documentos em forma digital, na nuvem, mas sem uma dinâmica processual. Com a adoção da ferramenta, os procedimentos se tornam mais eficazes e organizados, e ganham em sustentabilidade financeira e ambiental, seja pela possibilidade das assinaturas digitais e certificadas (sem nenhum custo), ou pela institucionalização e monitoramento”, explica **Vanessa Valente**, gerente de Administração e Tecnologia da Informação do CRP SP.



## Como funciona a gestão: das chapas à organização

As eleições do Plenário ocorrem a cada três anos, simultaneamente em todo o país, na data de 27 de agosto – dia da psicóloga e do psicólogo. O **voto é universal e obrigatório** para quem tem registro ativo no CRP SP.

Durante o período da eleição, é possível votar pelo site ou em pontos de apoio na sede e nas subseções do Conselho.

As chapas concorrentes são apresentadas no Congresso Regional da Psicologia, e podem ser compostas por quaisquer grupos que cumpram os requisitos da legislação vigente (**Decreto n.º 79.822/77**).

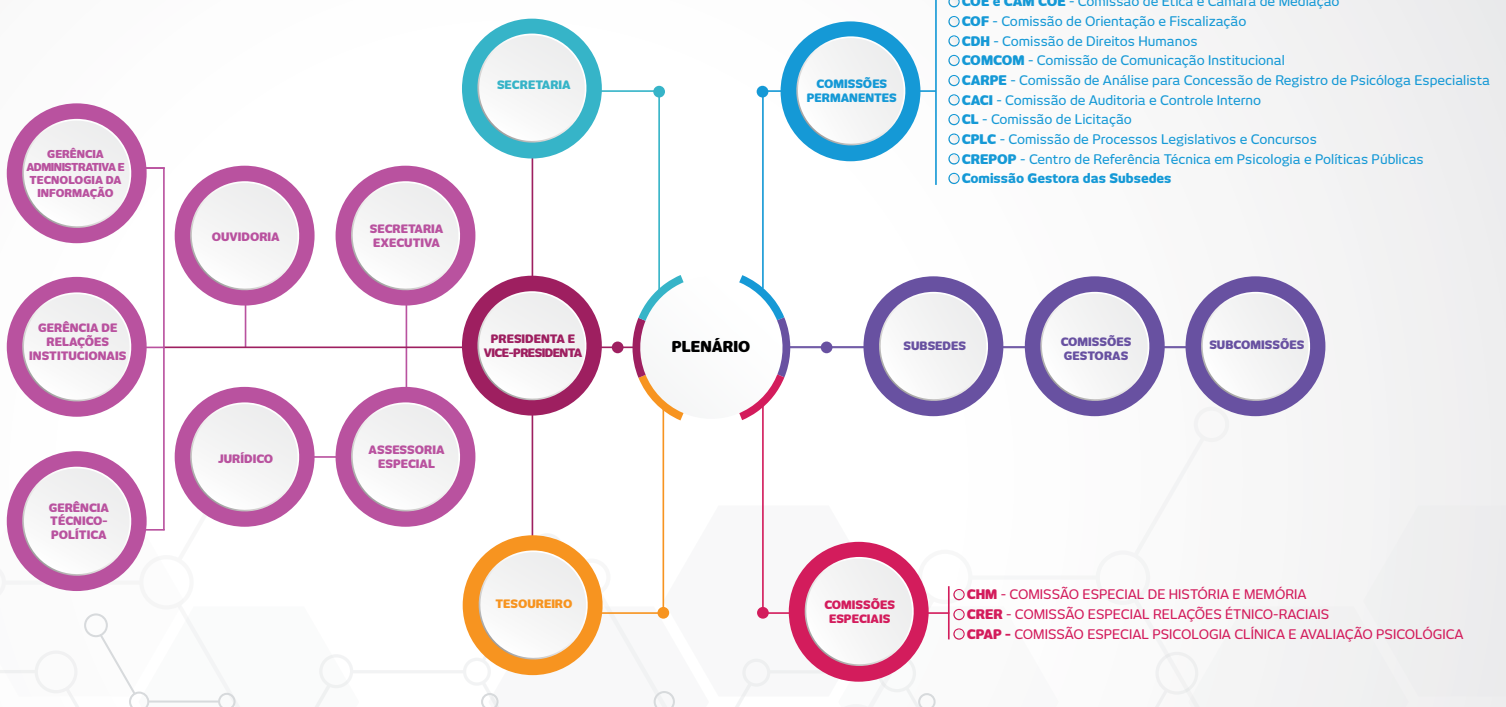
As plataformas eleitorais de quem se candidata estão baseadas nas decisões e prioridades votadas pela categoria presente nos Congressos.

O mandato da conselheira e do conselheiro regional é de três anos, com a possibilidade de reeleição consecutiva por uma vez.

## Estrutura interna do CRP SP

### GESTÃO EXECUTIVA

### GESTÃO POLÍTICA



## Para que serve: atribuições do CRP SP

Artigo 9º da Lei nº 5766/71



Artigo 3º do Regimento Interno do CRP SP



### Orientar

Cursos, formações, cartilhas, publicações, treinamentos e seminários.



### Disciplinar

Apurar e processar infrações disciplinares (ordinárias, funcionais e éticas).

#### Resultados:

arquivamento

ou

instauração de processo

disciplinar

investigativo



Código de Processamento Disciplinar

### Fiscalizar

Visitas (rotineiras ou quando há indício de irregularidade) em clínicas, organizações, empresas e locais onde são oferecidos serviços de Psicologia.



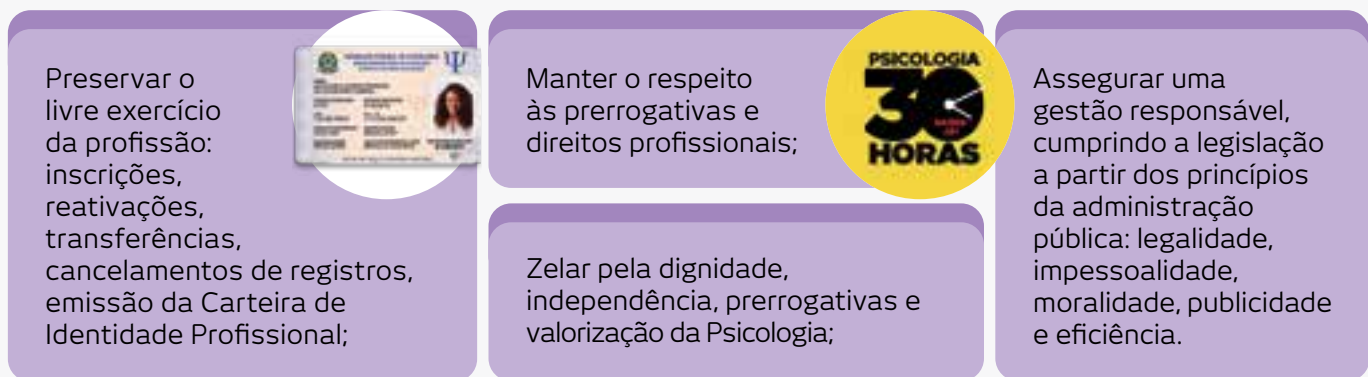
Política de Orientação e Fiscalização



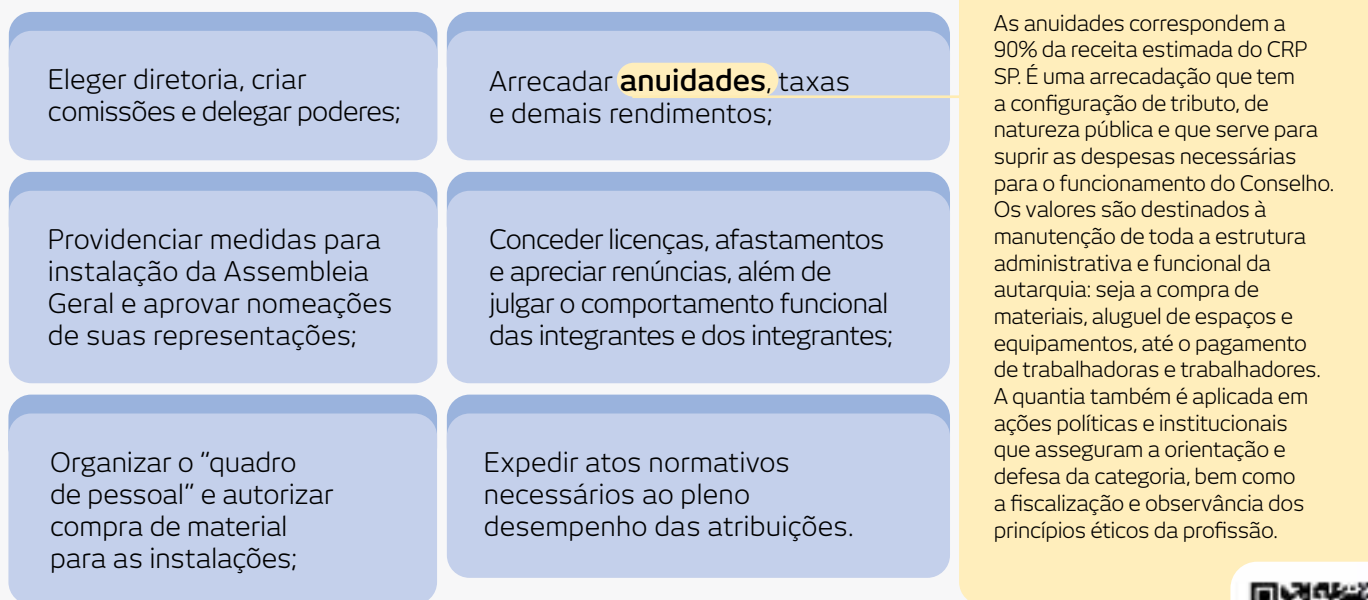
Funcionar como tribunal regional de ética profissional e zelar pela observância do **Código de Ética Profissional**, impondo sanções pela sua violação, que podem variar entre: advertência, multa, censura pública, suspensão e cassação.



## Ações e procedimentos



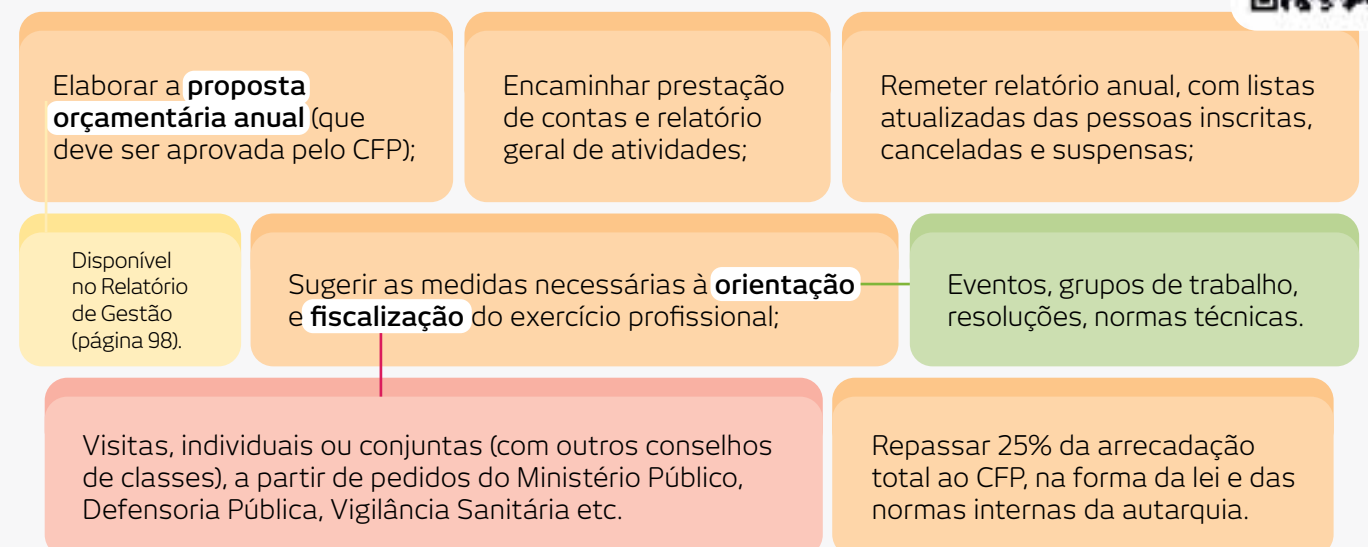
## Competências e prática



CRP SP junto ao



Saiba mais sobre o Orçamento do CRP SP no **Relatório de Gestão**, no Portal da Transparência.



## O que defende: compromisso social e ético da Psicologia

Um exercício profissional que emancipa pessoas.

Uma prática preocupada com as origens do sofrimento.

Contra abordagens individualizantes e judicializantes que desconsideram aspectos sociais no adoecimento.

Saúde mental: só pode ser vivenciada onde há liberdade de expressão, respeito às diversidades, igualdade de oportunidades, equidade e justiça.

### Está no Código de Ética:

III. A psicóloga e o psicólogo atuarão com **responsabilidade social**, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.



“Atualmente nós estamos em todas as Políticas Públicas que você possa imaginar”, afirma **Ana Mercês Bahia Bock** (CRP 06/2771). Com uma atuação bastante significativa dentro do Sistema Conselhos, a psicóloga foi presidenta do CRP SP e também do CFP, onde esteve na presidência durante duas gestões. Vale destacar que Ana é quem assina a Resolução CFP nº 10/2005, o Código de Ética Profissional da Psicologia.

A professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), autora e pesquisadora nas áreas de educação e dimensão subjetiva da desigualdade, enfatiza a ampliação do espaço e do reconhecimento social da Psicologia no país.

“O aspecto psicológico não é o que explica, mas sim o elemento que compõe as explicações do que acontece na sociedade”, indica a docente. “Até o começo dos anos 1990, uma parte das pessoas desconhecia do que se tratava a profissão. E a outra chamava a categoria de ‘porteiras e porteiros de luxo’ - por fazerem a seleção de pessoal no RH. Hoje, atuamos nos mais diferentes setores e compomos diversas lutas e articulações sociais, e somos convocadas a somar e contribuir em várias instâncias, inclusive com análises políticas.”

Um dos pontos mais trabalhados durante sua gestão enquanto presidenta do CRP SP, no mandato do X Plenário (2001 a 2004), foi justamente explicar para

a categoria as atribuições e o alcance do Conselho. Os esforços se concentraram em detalhar a função de mediação da entidade, que identifica o que a sociedade precisa e apresenta as suas possibilidades de ação.

“Se você tem uma necessidade social, é o Conselho que deve lidar com isso. Quando você cria um Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), regulamenta esse fazer profissional e luta por esse espaço, você está ampliando as possibilidades de resposta da Psicologia.”

Ana Bock reforça ainda que o compromisso social da profissão deriva da finalidade de trabalhar pelo bem-estar das pessoas. Como a saúde mental depende diretamente das condições sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais, **não é possível compreender ou tratar da vida psíquica sem considerar o meio em que se vive.**

“Para analisar esses fatores, é preciso trazer questões políticas à tona. Tanto que utilizamos o lema ‘Psicologia rima com democracia’. A ideia do compromisso social nada mais é do que um alerta para esses entendimentos. Sensibilizar e incentivar uma prática atenta ao cotidiano, às lutas e trajetórias de cada pessoa, suas relações com o coletivo e com a própria cidade”, finaliza.

# LUTAS, PERCURSOS E AVANÇOS DO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA POR UM OUTRO PROJETO DE PROFISSÃO

**E**m tempos anteriores à oficialização da regulamentação da Psicologia enquanto profissão, o saber psicológico – vinculado a outras áreas do conhecimento – já havia sido inserido no contexto brasileiro. Durante o período colonial, estudos sobre fenômenos psicológicos realizados por autores de formação jesuítica já marcavam inclinação para políticas de controle dirigidas à população brasileira. Posteriormente, com a vinda da corte portuguesa para a então capital do país, as produções sobre o saber psicológico direcionaram-se às políticas higienistas e práticas de patologização, fortemente vinculadas ao saber médico da época (da época?).

Já na Primeira República, a Psicologia começa a se firmar enquanto um campo de atuação próprio, fator importante para o seu ingresso na dita modernidade durante o processo de industrialização brasileira. Nesse período, quando os fenômenos psicológicos estiveram presentes nos estudos sobre obediência e adequação, a Psicologia é inserida na área da educação e do trabalho por meio de testagens conduzidas majoritariamente de forma acrítica, enquanto instrumento diferenciador e disciplinador. Assim, sob o signo da colonialidade, fundamenta-se a profissão no país.

Em 1962, a edição da Lei nº 4119 regulamentou a profissão de psicóloga e psicólogo no Brasil, marco importante para a afirmação da Psicologia enquanto saber constituído. No entanto, era necessário outro marco regulatório: definir com quais redes institucionais a Psicologia seria efetivada e concretamente regulamentada. Até que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais foram criados pela Lei nº 5.766, de 1971, e que foi regulamentada pelo Decreto 79.822, em 1977. O Sistema Conselhos de Psicologia, assim, instituiu-se como órgão máximo de legitimação e le-

gislação da categoria profissional, criado para “orientar, disciplinar e fiscalizar” o exercício da profissão no país.

O início da regulamentação – de fato – se dá a partir do final do ano de 1973, mais precisamente no dia 20 de dezembro, com a primeira reunião plenária do Conselho Federal de Psicologia. Foram assinadas as primeiras resoluções, de modo a iniciar a regulamentação da profissão no Brasil. A primeira delas, resolução 1/1974, “fixa as zonas de jurisdição” e divide o país em sete grandes regiões e, deste modo, nascem os sete primeiros regionais, com sedes no Distrito Federal, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, e seções em todas as outras unidades federativas, constituídas por estados e territórios.

A história da regulamentação da Psicologia, no Brasil, não é acompanhada pela totalidade das demais profissões. No processo histórico de regulação profissional, temos 76 profissões com leis específicas e análogas à nossa de 1962, mas apenas 32 delas possuem um Sistema Conselhos. O que nos permite inferir que a regulamentação de fato não foi acompanhada pela maior parte das profissões que possuem leis de direito.

Quando foi comemorado os 50 anos da lei de regulamentação, em 2012, houve uma grande mobilização de psicólogas e psicólogos no sentido de registrar o percurso da profissão. Bem como em 2023, marco dos 50 anos do CFP, fato que se repete em 2024, com o cinquentenário dos sete primeiros regionais. Entre eles, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP). Por meio dessas documentações, é possível observar que a profissão foi e continua sendo palco de grandes modificações, principalmente em relação ao papel da Psicologia frente às demandas da população brasileira.

A transformação da Psicologia, pós-regulamentação, para um campo de saber politizado e engajado, ganha suas primeiras expressões a partir da década de 1970, acompanhando as mudanças na conjuntura política nacional e internacional (Yamamoto, 2007<sup>1</sup>), mas sempre marcada pela contradição de ter sido estabelecida inicialmente como prática exclusivamente individualizada. As críticas trazidas ao debate interno da Psicologia tratavam sobre qual população se deveria atender e qual projeto de sociedade a profissão serviria. Um estudo expressivo na época constata que apenas 15% da população brasileira tinha acesso ao exercício da profissão e indagava: “a porcentagem restante, de 85% de pessoas, não necessita desse serviço?” (Yamamoto, 2007, p. 30). Vê-se, a partir de então, um crescente questionamento à pouca participação da Psicologia como área do saber na construção política de uma sociedade mais equânime e igualitária.

Nas décadas seguintes, cresce o envolvimento da categoria com questões políticas, com a ocupação e participação em sindicatos, a expansão do Sistema Conselhos, o protagonismo na Luta Antimanicomial e o envolvimento nos movimentos da saúde, na afirmação da democracia e na articulação com a América Latina, além da avaliação dos rumos da categoria a partir das primeiras pesquisas sobre a atuação profissional. Assim, tem início uma maior articulação entre as práticas produzidas pela Psicologia e as demandas sociais da população brasileira, com a qual a profissão estava sendo convocada a dialogar. O projeto inicial, de uma Psicologia intimista e privatista, vai se transformando em uma Psicologia do compromisso social.

Nos anos 1980, durante o período de redemocratização do país, o então Código de Ética Profissional, publicado em 1987, “define as responsabilidades, direitos e deveres das psicólogas e dos psicólogos de acordo com os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos”. Logo em seguida, acontece o Congresso Unificado dos Psicólogos, em que se discutiria “a concepção corporativista e eleições diretas no CFP por meio de chapas com programa definido”.

A oficialização do primeiro Código de Ética pós-ditadura e a reestruturação do Sistema Conselhos, criado durante o regime militar, refletem a democratização da relação entre a profissão e a população, ao garantir a representação dos interesses e demandas da sociedade na atuação profissional. Nesse mesmo período, constata-se um crescimento da presença de psicólogas e psicólogos nas Políticas Públicas, em especial nos programas de saúde, e posteriormente na justiça e assistência social, fato que fez com que as pessoas profissionais se mobilizassem diante de teorias e metodologias que não se adequavam às novas necessidades.

A afirmação da profissão enquanto responsável e agente da transformação social mostra-se cada vez mais presente, tanto no exercício profissional quanto na produção de referências para um projeto ético-político de profissão. Chegamos no ano de 2024 com o legado e com as heranças deixadas por profissionais de Psicologia que lutaram (e lutam) por um outro projeto de profissão. Neste cinquentenário dos Conselhos Regionais, com mais de meio milhão de psicólogas e psicólogos no Brasil<sup>2</sup>, vale destacar que 28,90% se concentram no estado de São Paulo, regional cuja importância não é demonstrada apenas pelo quantitativo numérico mas, sobretudo, pelo lugar histórico na condução das transformações da Psicologia brasileira.

São tempos de (re)afirmação de um outro projeto de Psicologia para o país, cuja concretude é evidenciada na atual campanha conduzida pelas comissões de Direitos Humanos dos Conselhos Regionais e Federal: “Descolonizar corpos e territórios – reconstruindo existências Brasileiras”. Sigamos, juntas, juntos e juntas. Narrativas são disputadas, projetos de Psicologia também. À luta!



**Pedro Paulo Gastalho de Bicalho**

Psicólogo (CRP 05/26077), professor titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, presidente do Conselho Federal de Psicologia.

<sup>1</sup> Yamamoto, O. H. (2007). Políticas sociais, 'terceiro setor' e 'compromisso social': perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*; 19 (1), 30-37.

<sup>2</sup> [www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos](http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos)



## MINHA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL FOI ORIENTADA PELOS DEBATES QUE OCORRIAM NO CONSELHO

Ivani Francisco de Oliveira, atual vice-presidenta do CFP, fala sobre sua experiência durante dez anos no CRP SP.

**R**epresentatividade. Essa é uma das principais razões que fazem o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) ter um papel fundamental no contexto nacional da nossa profissão. Ao representar o maior número de pessoas estudantes e profissionais do país, suas ações e publicações costumam ter um grande alcance, o que contribui com as discussões da Psicologia em interface com o sistema de justiça, a assistência social, as relações raciais e os direitos da população LGBTQIA+.

Seja com palestras e seminários voltados para o aprimoramento profissional, na atuação em defesa dos direitos da população atendida pela Psicologia, ou no apoio à luta do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo (SinPsi), entendo e reconheço a relevância do CRP SP ao promover a ética, a qualidade e a valorização do exercício profissional em São Paulo e no Brasil.

Como até o momento não houve uma presidenta negra eleita pela categoria para o CRP SP, percebo que **minha experiência** foi extremamente relevante. É fundamental reconhecer a necessidade da diversidade e representatividade nas lideranças, e o Conselho tem se empenhado em promover a equidade e inclusão em diversos aspectos.

Minha vida profissional é totalmente relacionada com o Sistema Conselhos. Quando estava na graduação, participava dos eventos e me interessava por diversos temas que eram discutidos - o que fez toda a diferença na minha trajetória. Aprendi ainda estudante que a defesa dos Direitos Humanos é um compromisso ético da profissão. Meu TCC foi sobre internação compulsória, um problema social que não era disciplina do curso, mas era tema de debate no Conselho. Foi o que transformou minha vida acadêmica e o meu exercício profissional.

É fundamental que o CRP SP continue a atuar de forma transparente, ética e engajada em prol da categoria e da sociedade, bem como da população atendida, garantindo um ambiente profissional saudável e promovendo boas práticas no campo da Psicologia. Esse marco de 50 anos é a consolidação de uma estrutura fundamental para a regulamentação da profissão, da defesa dos direitos de psicólogas, psicólogos e psicólogues, e para a promoção da saúde mental no Brasil.

Considero também ser uma oportunidade para refletir sobre os avanços e desafios no país, para renovar o compromisso com a profissão e com a sociedade, e reafirmar a relevância do nosso trabalho na construção de uma realidade que seja justa e igualitária, com serviços de qualidade, baseados em conhecimentos científicos e técnicos atualizados, visando o bem-estar e a promoção da saúde mental das pessoas atendidas.

Para mim, é uma alegria ser conselheira federal neste tempo de marco político, e por vir do maior regional, carrego a responsabilidade de representar toda a grandeza da Psicologia de São Paulo e do Brasil. Parabéns ao CRP SP pelas conquistas e por sua atuação fundamental na valorização e regulação da profissão.

### Trajetoária de Ivani no CRP SP

**Início de 2000:** colaboradora

**2016 a 2019:** conselheira - contribuições com o GT de Relações Étnico-Raciais, inclusive na criação do Prêmio Jonathas Salathiel

**2019 a 2022:** vice-presidenta (também foi presidenta interina)



### Ivani Francisco de Oliveira

Psicóloga clínica (CRP 06/121139), professora universitária e conselheira vice-presidenta do Conselho Federal de Psicologia.



# POR DENTRO DOS TERRITÓRIOS DO CRP SP

As 11 subsedes constituem uma realidade ampla, diversa e que requer apuro nas decisões.

Fotos: Acervo CRP SP. Arte: Paulo Moita.

Um total de 654 cidades que abrigam mais de 44 milhões de pessoas, entre as quais 150 mil são psicólogas e psicólogos com inscrição ativa no Conselho Regional de São Paulo (CRP SP). Assim se configura o estado de São Paulo, cuja capital é o município mais populoso do Brasil e da América Latina, e que na organização do CRP SP foi dividido em 11 territórios, nomeados de subsedes.

Sob a responsabilidade de Comissões Gestoras (CGs), são localidades com demandas bastante específicas, que variam conforme a realidade e a infraestrutura

de cada região. Imagine as variações em mais de 248 mil km<sup>2</sup>, numa área de intensas desigualdades sociais, políticas, econômicas e ambientais, onde equipes técnicas do CRP SP realizam atendimento administrativo, orientações profissionais, fiscalizações e acolhem demandas da categoria.

Para saber detalhes das potencialidades e das construções necessárias em cada uma das 11 subsedes, o **Jornal Psi** ouviu as CGs sobre as ações mais recentes e também os projetos em desenvolvimento.

“Além de implementar as diretrizes de interiorização do Conselho, decidimos privilegiar no planejamento estratégico a realização de eventos focados na orientação profissional, com atividades sobre redução de danos, produção de documentos escritos e modelos de saúde mental. Nossa meta é ter uma abordagem mais instrutiva, de modo a facilitar a aproximação e percepção do papel da Psicologia como profissão baseada nos Direitos Humanos, principalmente no contexto das Políticas Públicas.”

## Alto Tietê



Flavio da Silva, Magna Damasceno, Mônica dos Santos, Márcia Ferreira e Eduardo Cosme.



Rafael da Costa, Mariana de Carvalho, Patrícia Silva, Mayara Freire, Julia Dainesi e Edgar Rodrigues.

## Assis

“Nós respondemos por 110 municípios, com pouco mais de 5 mil pessoas inscritas. Nessa dificuldade de acesso diante de um número baixo de profissionais e da grande extensão territorial, as subcomissões têm sido um canal importante de recebimento de demandas locais. Somos procuradas e procurados para realizar indicações, representações e apresentar posicionamentos, além de consultas sobre questões éticas e técnicas. Faz parte de um trabalho de orientação que também fortalece nossas interações para alcançar todo o território.”

## Baixada Santista e Vale do Ribeira

“A categoria costuma solicitar apoio em relação a novos campos ou práticas, seja no uso de recursos tecnológicos ou na atuação em Políticas Públicas. Para auxiliar, fizemos rodas de conversa nas Instituições de Ensino Superior (IES), encontro sobre a Lei 13.935 em parceria com a Unifesp, e sobre a redução da jornada até 30 horas com o Sindicato dos Psicólogos de São Paulo (SinPsi). Como a distribuição das pessoas é assimétrica, é difícil manter a frequência e regularidade das ações, mas conseguimos ter uma participação satisfatória graças ao nosso histórico em defesa dos Direitos Humanos.”



Wagner da Silva, Márcia dos Santos, Carolina Lopes, José Portela e Lucas Negrão



Marco Pereira e Vitória Góes.

## Bauru

“Para construir possibilidades de trabalho, temos feito articulações políticas com as diretorias regionais de ensino, com as secretarias de saúde e assistência social, e com órgãos federais, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). A intenção é conhecer as necessidades e possibilidades do território, e atuar para ampliar e promover ambientes inclusivos para combater o racismo, etarismo, capacitismo, a violência de gênero e LGBTQIA+fobia.”

## Campinas

“Somos o segundo território com mais pessoas inscritas - são mais de 20 mil profissionais em 72 municípios. O desafio é atender a categoria em suas demandas administrativas e de orientação, além de reforçar a importância de uma prática psicológica comprometida com os Direitos Humanos. Fazemos isso por meio de rodas de conversa, palestras em universidades e o **CRP Acolhe**. Também estamos presentes em mobilizações sociais e contamos com uma nova subseção, que pretendemos que seja um ambiente de representação e defesa dos ideais da profissão.”



Juliana Corbett, Giseli Assoni e Suely da Silva.



Maria da Penha, Rafael Winter, Aline Camilo, Davi Ruivo e Marília Rangel.

## Grande ABC

“Apesar da proximidade entre as sete cidades que compõem o território, situado na Região Metropolitana de São Paulo, as realidades das populações locais são bem distantes, marcadas por desigualdades no acesso a serviços e direitos. Em meio aos desafios multifacetados da localidade, a CG adota uma abordagem integrada e colaborativa, para orientar sobre uma prática ética e defender os interesses de psicólogas e psicólogos. Para isso, a construção do diálogo e o chamamento da categoria para integrar as ações seguem em constante desenvolvimento.”

## Metropolitana

“O CRP SP tem passado por várias transformações. A separação da Subseção Metropolitana da sede é uma dessas mudanças. Aos poucos, os detalhes dessa configuração têm tomando forma, com novos fluxos de trabalho e ajustes nos processos - e as demandas não param. São 60 mil pessoas com inscrição ativa e a cada dia chegam mais solicitações. Somente no primeiro trimestre, foram quase 3 mil. Então o foco se divide nessas questões de ordem prática, que acompanham a dinâmica de melhorias do Conselho, e as atividades de articulação, com estratégias de aproximação e de estabelecimento de diálogo com a categoria, os movimentos sociais e as IES.”



Carlos Eduardo Mendes e Maria da Glória Calado.



Gustavo Murayama, Daniele Teixeira, Camila de Oliveira, Simone Amorim e Maria Cabau (frente).

## Ribeirão Preto

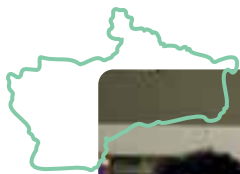
"A nossa rotina se divide basicamente entre compor ações nos órgãos de controle social, realizar orientações para profissionais (principalmente do serviço público), além das fiscalizações. Uma das especificidades é o alto número de pessoas jurídicas, o que por vezes sobrecarrega quem atua na Comissão de Ética e na Comissão de Orientação e Fiscalização. Como a região é carente de movimentos sociais atuantes, fazemos nossa aproximação com oficinas e encontros orientativos, mas temos dificuldade em envolver a categoria quando são temas que abordam os Direitos Humanos."

## São José do Rio Preto

"Muitas ações são derivadas de parcerias. Com as IES, apresentamos as resoluções e referências técnicas da profissão para os formandos. Já a atuação conjunta com o Conselho Regional de Serviço Social, Conselho Regional de Enfermagem e Ministério Público ocorre para fiscalizações em Comunidades Terapêuticas. Também somos reconhecidos por psicólogas e psicólogos que atuam nas Políticas Públicas como uma entidade de apoio, graças aos vínculos de colaboração com movimentos sociais, secretarias municipais e estaduais. Por outro lado, temos dificuldade de atrair outra parcela da categoria, tanto do setor privado quanto da Psicologia do tráfego."



Thainá Costa, Renata Barbosa, Janaina Simão e Vanderci Marques Junior.



Maria Sueila Ferreira, Cristina da Silva, Jéssica de Aquino, Beatriz Fernandes e Ione Xavier.

## Sorocaba

"A gente é um time que se comunica bastante, o que ajuda muito na construção de soluções e melhorias. Como a cidade de Sorocaba foi polo manicomial por vários anos, ainda existe um residual, que são as comunidades terapêuticas de internação de longa permanência para saúde mental, álcool e outras drogas. Os maiores números de denúncias que recebemos são de violações de Direitos Humanos nesses locais, mas temos auxílio de parceiros como o FLAMAS (Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba) e outros órgãos de controle social na Luta Antimanicomial."

## Vale do Paraíba e Litoral Norte

"Entre os 39 municípios que compõem nosso território, 23 possuem menos de 20 mil habitantes. Devido ao número reduzido de psicólogas e psicólogos, temos o desafio de lidar com a precarização do trabalho. É uma situação que alertamos nas aulas inaugurais e em representações nos cursos de Psicologia. Nossa meta é compor uma equipe sólida e bem distribuída nas microrregiões para reativar subcomissões e estar nos órgãos de controle social, de modo a reforçar a garantia de direitos e a eliminação de quaisquer formas de discriminação."



Bruno Carlos, Bruno Aguiar, Luiza Paiva e Wilson Nogueira.

# MEDIAÇÃO: OS CAMINHOS PARA REPARAÇÃO E SOLUÇÃO DE CONFLITOS

**CRP SP é pioneiro na implementação dessa abordagem dentro do Sistema Conselhos.**

Você que chegou até este texto específico, numa publicação segmentada, voltada para psicólogas e psicólogos do estado de São Paulo. Quantos desentendimentos já teve somente nesta semana?

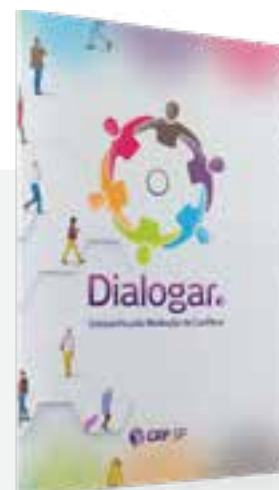
Os conflitos são inerentes à vida. Fazem parte das relações humanas, que oscilam entre trocas satisfatórias e desagradáveis, e são uma parte importante na constituição da nossa subjetividade.

Uma forma de lidar com situações conflituosas é por meio do diálogo participativo, de modo que todas as pessoas envolvidas compreendam as consequências de suas ações. Essa é a proposta essencial da mediação de conflitos, na qual uma terceira pessoa imparcial facilita a interação entre as partes, para que construam a melhor solução com autonomia e solidariedade.

É um método estabelecido como Política Pública há quase 15 anos, a partir da resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No Sistema Conselhos, tem início com a Resolução CFP nº 07/2016, que “institui e normatiza a mediação e outros meios de solução consensual de conflitos nos processos disciplinares éticos”.

Vale destacar que o CRP SP tem um papel de protagonismo nessa história, já que no mesmo ano o Conselho instaurou a **Câmara de Mediação da Comissão de Ética (CAM COE)**, por meio da Resolução CRP SP nº 01/16. Já em 2017, foi publicado o primeiro edital de mediadoras e mediadores, dando início às atividades.

Desde então, o trabalho desenvolvido se tornou referência para outros órgãos, principalmente pela relevância e consistência das ações em prol de uma nova cultura de resoluções nos trâmites dos processos éticos.



O conflito está associado a experiências desagradáveis, mas também pode ser um catalisador de mudanças, uma oportunidade de rever formas de ser e estar no mundo - principalmente quando uma situação problema que precisamos enfrentar é bem trabalhada.

Fonte: cartilha Dialogar | Campanha pela Mediação de Conflitos, do CRP SP.

“Nós já submetemos mais de 500 processos à mediação, que tiveram a chance de ter um novo desfecho. Ou seja, não foram arquivados, judicializados ou resultaram numa sanção. Significa uma mudança de paradigma na sociedade, de transformar o próprio conceito do que é justiça ao efetivamente dissolver conflitos e se aproximar da humanidade de cada um. Lembrar sempre que somos passíveis a falhas, e que nossa evolução acontece a partir do contato e da coletividade”, explica a coordenadora da CAM COE e conselheira secretária do CRP SP, Marta Eliane de Lima (CRP 06/94890).



## Como funciona a mediação

É um procedimento estruturado, não tem um **prazo definido** e pode terminar ou não em acordo - pois as partes têm autonomia de decisão.

Explicitar, enfrentar e resolver os conflitos de forma não violenta, criativa e duradoura.

**Sempre é feita com duas pessoas mediadoras.**

Faz parte de um movimento para sair da lógica punitivista e estabelecer uma outra ordem, que seja baseada no diálogo, reparação e no acordo. Principalmente porque são situações que envolvem aspectos afetivos e emocionais.

“Quando fazemos as relatorias, após denúncias ou representações, sempre analisamos se existe a possibilidade de encaminhar para a CAM COE”, detalha a psicóloga. “A mediação traz a possibilidade do encontro. A pessoa atendida pode trazer à tona um desejo que não foi alcançado, e a psicóloga ou o psicólogo tem a chance de reconhecer e reparar os problemas ou prejuízos causados.”

O resultado da mediação, com os acordos obtidos após o entendimento e a responsabilização das partes, tem **validade jurídica**. O processo ético se encerra após a homologação em Plenária.

Consiste numa abordagem orientada pela criatividade e sensibilidade, de valorização da escuta, da construção de caminhos para o entendimento e a identificação das reparações e restaurações possíveis.

A Câmara de Mediação surge também para facilitar a compreensão acerca das razões que fazem com que determinadas condutas sejam consideradas faltas éticas. A ideia é dialogar de forma que a pessoa denunciante tenha a chance de refletir sobre a atuação psicológica e seus princípios baseados na ciência de maneira imparcial. A mediação é transformadora para ambas as partes.

### Responsabilizar, ao invés de punir:

reconhecer os efeitos dos seus atos;

buscar reparação eventual do dano;

decidir quais as soluções mais adequadas.

## CAM COE | CRP SP

Mediação	Nº Processos encaminhados	Nº Sessões	Nº Acordos
2017	56	39	6
2018	75	62	19
2019	129	41	27
2020	36	0	0
2021	26	16	7
2022	115	86	19
2023	106	65	15

Número de processos aguardando mediação: 143

“Essas atividades dentro da COE foram fundamentais para mudar a nossa leitura dos processos éticos, a partir de alternativas que vão além do Código de Processamento Disciplinar (CPD), numa perspectiva de diálogo, restauração e de responsabilização de todas as pessoas envolvidas – usuárias, usuários e profissionais da Psicologia”, relembra **Rodrigo Toledo** (CRP 06/90143), membro do Conselho Consultivo da CAM COE, que esteve presente na gestão que iniciou as atividades de mediação. “Serviu para melhorar a relação do Conselho com a categoria e até com a sociedade.”



O psicólogo lista três momentos que foram essenciais na consolidação da Câmara de Mediação:

### 2018: publicação da cartilha Dialogar

“É um material que foi feito nos moldes do que a gente chamava à época de uma cartilha popular, que dialogasse tanto com a categoria quanto com a população. Queríamos mostrar os benefícios e possibilidades de ganhos, inclusive nas ações internas do Conselho.”

## 2019: oficinas de mediação na sede e subdesdes

“Nessas ações de fortalecer o projeto, visitamos toda as subdesdes e falamos com a categoria, conselheiras, conselheiros, trabalhadoras e trabalhadores locais sobre os procedimentos e as vantagens da CAM COE.”

### CAM COE | Presente

Participação no Grupo de Trabalho sobre Meios Consensuais de Solução de Conflitos da região Sudeste. Integrantes compartilham vivências, elencam soluções encontradas e trocam informações para produzir uma resolução que reflita a realidade atual.



### Mediadoras e mediadores

Pré-Requisitos: pessoa capaz, graduada há pelo menos dois anos em curso de ensino superior de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação, formado em mediação (observados os parâmetros mínimos do CNJ), não atuar como conselheira ou conselheiro do CRP SP, e outros.



Para mim, o mais interessante é o não-confronto. Conversar com as pessoas, que por vezes chegam com raiva e irritadas, e que aos poucos começam a ter outro entendimento sobre a situação. Alcançar um consenso a partir do diálogo e da reflexão.”

**Mariland Leutwiller, mediadora da CAM COE**



Acho que a mediação vem como uma oportunidade de aprendizado para todas as pessoas envolvidas. Inclusive para nós, que observamos o contexto das partes e os avanços no processo de responsabilização, mesmo que não haja acordo.”

**Angela Domingos, mediadora da CAM COE**



Percebo um relato muito comum nas mediações, sobre o desejo que aquilo não aconteça com outras pessoas. E como isso vai ao encontro com o propósito da CAM COE, que existe para a restauração dos laços sociais e melhoria da prática profissional, muito mais do que simplesmente uma punição.”

**Cecília Mattar, mediadora da CAM COE**

# PODE OU NÃO PODE?

## Como utilizar práticas e instrumentos psicológicos associados ao exercício profissional.

Fotos: Acervo CRP SP. Arte: Paulo Mota.

“Muitas vezes, a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) acaba sendo a porta de entrada da categoria no Conselho Regional de São Paulo (CRP SP). Mesmo que em certas situações envolva um aspecto mais complexo, como por motivos de denúncias, nosso grande interesse e maior dedicação é orientar a boa prática da Psicologia, e trabalhar para fortalecer o exercício ético da profissão”, explica a psicóloga Annie Louise Saboya Prado (CRP 06/86192).

Mais conhecida como Gigi, a conselheira presidenta da COF conta que a maioria das faltas éticas que chegam no Conselho é devido ao desconhecimento das infrações, às vezes por falhas na formação profissional. Justamente por ser uma ciência que lida com muitas subjetividades, e que é atravessada pelas inúmeras transformações sociais, é necessário que haja uma atualização constante e contínua.

“Dentro das funções precípuas de orientação e fiscalização, o CRP SP tem essa prerrogativa de atuar em favor dos conhecimentos da categoria. Por isso que organizamos rodas de conversas, encontros formativos e publicamos uma série de conteúdos.

Quanto mais a gente consolida essas ações, menor a chance de ter um agravamento das questões, a ponto de se tornarem processos éticos. Além de ser uma forma de aproximação muito importante com a categoria”, explica Gigi.

A ideia é que as trocas e aprendizados sejam construídos de forma conjunta, que faça sentido com as demandas das psicólogas e psicólogos, a partir da análise das diferentes possibilidades de atuação. Mostrar para as pessoas que faz parte de uma abordagem que não se limita ao rigor fiscalizatório, que existe um esforço para estabelecer diálogos sobre quais práticas podem ou não ser associadas ao exercício profissional.

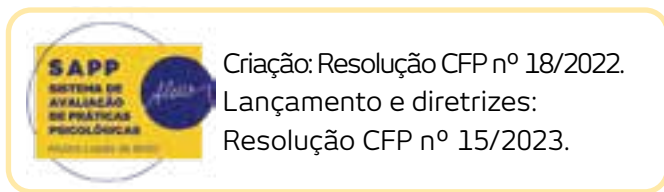
Essa discussão sobre o que é válido ou não na profissão não é novidade. Como lembra o conselheiro do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Jefferson Bernardes (CRP 15/2491), remonta ao início da regulamentação da profissão no país, nos anos 1960. “Como podemos, de forma coletiva e organizada, compreender as fronteiras dos saberes e fazeres da Psicologia? Quais os limites não



QR Codes com links para os conteúdos.

só dentro do campo da ciência, mas para além das científicidades, como diante do conhecimento tradicional e popular que faz parte da nossa sociedade?”

Foi justamente a partir dessas perguntas, da necessidade de observar e entender as origens e as razões desses parâmetros, que surge o **Sistema de Avaliação de Práticas Psicológicas** Aluízio Lopes de Brito (SAPP).



“Faz parte de uma resposta a várias demandas da categoria para conhecer melhor os limites e possibilidades do nosso fazer psicológico. E quem melhor catalisou esse processo foi o Aluízio”, pontua Jefferson. “O SAPP é urgente e necessário. Apesar de ser um debate antigo, agora temos meios de fazer esse estudo e conhecer nossas fronteiras de forma organizada e sistematizada, num processo de muito diálogo entre a categoria, os Conselhos Regionais e o CFP.”

De maneira simples, o sistema foi criado para analisar e avaliar se as práticas submetidas têm relação com a ciência e a ética psicológica, e se podem ser utilizadas por psicólogas e psicólogos. A ideia é ser um recurso dinâmico e flexível, e mesmo que determinada proposta seja considerada incompatível, são produzidas orientações que indicam possibilidades de aproximação com a Psicologia.

A avaliação da compatibilidade, que não se restringe a uma dimensão exclusivamente epistemológica, leva em conta principalmente os aspectos presentes no Código de Ética da Psicologia, de modo a considerar quais seriam seus efeitos. Reforça discriminações ou processos de exclusão? Promove formas de violência ou produz mais sofrimento? Atende aos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos?

Psicólogo, professor e filósofo, foi presidente do CRP-13 (Paraíba) na gestão 2001-2004, e conselheiro do CFP por três gestões, quando pode contribuir com a atualização do Código de Ética e com a elaboração do Código de Processamento Disciplinar. É tido como o maior incentivador da criação de um sistema de avaliação da compatibilidade das práticas psicológicas. Faleceu em 2020, vítima da Covid-19.

“Uma prática que hoje é avaliada como incompatível, a partir de reformulações, novos estudos e pesquisas, pode ser considerada compatível anos depois. As relações do Sistema Conselhos com os saberes diversos sempre foi pendular: ora com afastamentos, ora com aproximações. Na década de 1970, por exemplo, foram produzidas resoluções articulando o exercício profissional da Psicologia com a **musicoterapia** e terapias corporais.”\*

Conheça as instruções para submissão e avaliação do SAPP.



### Técnicas aprovadas para uso profissional

#### Resolução CFP nº 4/1979

Dispõe sobre o uso da **musicoterapia** e expressão corporal enquanto métodos e técnicas psicológicas.

#### Resolução CFP nº 13/2000

Aprova e regulamenta o uso da **hipnose** como recurso auxiliar de trabalho da psicóloga e do psicólogo.

\* As respostas do conselheiro Jefferson Barbosa foram elaboradas em conjunto com o colegiado do SAPP: Ana Sandra Fernandes, Iolete Ribeiro, Maria de Jesus Moura e Izabel Hazin.





**Juliana dos Anjos Corrêa Lima** (CRP 06/96032), psicóloga Analista Técnica e coordenadora de Orientação e Fiscalização do CRP SP, informa que parte do trabalho do Conselho é analisar situações específicas, de profissionais que pretendem usar determinadas intervenções e buscam orientações sobre como proceder.

“São casos que envolvem o uso de técnicas que fazem sentido no contexto das pessoas atendidas, e que já consentiram com a proposta. É necessário justificar a razão para a escolha do recurso, os motivos dentro do fazer ético psicológico e as possibilidades de evolução naquele tratamento.”

Outro mecanismo criado para avaliar a qualidade de instrumentos psicológicos é o **Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI)**, uma ferramenta informatizada de análise, criada a partir da verificação objetiva de um conjunto de requisitos técnicos e científicos.

**Resolução CFP nº 31/2022:** estabelece as diretrizes para a realização de **Avaliação Psicológica** no exercício profissional e os requisitos mínimos dos instrumentos para serem reconhecidos como testes psicológicos.



É um processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, composto de métodos, técnicas e instrumentos, com o objetivo de prover informações à tomada de decisão, no âmbito individual, grupal ou institucional, com base em demandas, condições e finalidades específicas.



**Evandro Peixoto** (CRP 02/16299), conselheiro e coordenador da Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica (CCAP) do CFP, destaca que todo atendimento psicológico envolve uma tomada de decisão, e é necessário ter dados e referências contundentes para realizar essas escolhas.

“O teste padronizado é uma fonte muito relevante nesse processo de coleta de informação, porque eu posso entender as diferenças e semelhanças na comparação com um grupo normativo. Perceber como se situam em relação aos seus pares, pessoas sociodemograficamente equivalentes e que vivenciam a mesma cultura. São elementos muito importantes na prática profissional”, detalha.

Um dos cuidados essenciais é consultar se o teste psicológico está na listagem do SATEPSI e se obteve o parecer favorável para uso na prática profissional. Utilizar um instrumento que não está nessa lista, ou então que teve parecer desfavorável, configura falta ética.

**Confira aqui a relação completa.**

Ao optar por esses instrumentos, é fundamental pesquisar e escolher metodologias que tenham sustentação científica, a partir de fontes de estudo robustas, critérios de utilização, e normas interpretativas específicas e adequadas ao contexto brasileiro. Evandro enfatiza que é preciso lutar para que esses princípios sejam estabelecidos.

“São definições que influenciam diretamente a atuação profissional e que demonstram respeito com a pessoa atendida. Ao pensar na população negra, na diversidade sexual e de gênero, na inclusão... Pessoas com deficiência seriam capazes de responder esses instrumentos? A avaliação psicológica precisa estar alinhada com várias identidades, e essas representatividades devem estar nos processos de construção científica, de estabelecimento de normas e de evidências de validade”, declara.

# ESPERO QUE A GENTE TENHA OS PROBLEMAS RESOLVIDOS QUANDO PRECISARMOS DO CRP SP

Fomos na Subsede Metropolitana, na capital paulista, para identificar as demandas da categoria.

Fotos: Acevo CRP SP. Arte: Paulo Mota.

Nesta edição 204 do **Jornal Psi**, lançada no ano em que o Conselho Regional de São Paulo (CRP SP) completa meio século de atividades, reunimos de forma mais simplificada e didática um conteúdo sobre suas atribuições, responsabilidades e possibilidades de ação. Na tentativa de ampliar o diálogo e se aproximar da categoria, fomos até a sede da autarquia, na capital paulista, e conversamos com as psicólogas e psicólogos que buscaram atendimento para saber como é a perspectiva de cada usuária e usuário do Conselho.



“Eu não participo muito dos eventos do CRP SP. Acredito que é pela falta de identificação mesmo. Quer dizer, a minha especialidade é **Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT)**, e percebo poucas ações ou materiais sobre o assunto. Também acho que mais processos poderiam estar disponíveis no site, como a atualização da carteirinha ou **inscrições para cursos**. Outra questão é a **coleta das impressões digitais** de todos os dedos das mãos. Qual a necessidade?”

**Marai de Freitas Maio Vendramine (CRP 06/22551)**

Atualmente existem 13 especialidades na Psicologia, conforme Resolução CFP nº 23/2022. A área mais abrangente é a clínica, que responde por 73,1% da categoria; social e saúde reúnem quase 40% de psicólogas e psicólogos, de acordo com o Censo da Psicologia Brasileira. Os materiais do CRP SP priorizam segmentos com o maior número de profissionais, e também focam nos princípios do Código de Ética. Ao lado é possível acessar alguns **conteúdos sobre POT**:



É possível acompanhar o calendário de eventos no site do CRP SP.



A Carteira de Identificação Profissional (CIP) foi instituída pela Resolução CFP nº 2/2021, e estabelece que: **Art. 9º** Os procedimentos de coleta dos dados biométricos e de confirmação dos dados biográficos e cadastrais serão realizados presencialmente, nos locais das estações de captura dos Conselhos Regionais de Psicologia.



QR Codes com links para os conteúdos.



“O CRP SP deveria fiscalizar a profissão e dar suporte aos profissionais. Mas quando pedimos auxílio, a gente não recebe. Atuo como responsável técnico em uma instituição de ensino, e sempre que mandei e-mail sobre questões práticas, ou fiquei sem retorno, ou obtive respostas muito vagas. A sensação que tenho às vezes é que o Conselho está somente para lançar nota de repúdio. Poderia haver mais encontros e palestras na tentativa de integrar a categoria, num engajamento maior para facilitar a conexão entre psicólogas e psicólogos.”

**Brenner Santiago Figueiredo Lopes (CRP 06/159044)**



Com a sistematização dos serviços, que começou antes da pandemia e segue em curso, vários processos migraram para plataforma on-line. Uma das próximas etapas inclui o atendimento dentro do próprio BRC, o que deve diminuir consideravelmente o número de e-mails que chegam para o Conselho, e assim facilitar a celeridade nas respostas. Muitas vezes as caixas de mensagens ficam sobrecarregadas com solicitações repetidas ou então de outros setores. Vale conferir a série de conteúdos sobre a profissão do CRP Orienta.

Posicionar-se e orientar a categoria do papel social, crítico e político da Psicologia é uma das principais funções do CRP SP. Consiste num processo contínuo, de construção e elaboração em diversas frentes, para reforçar o compromisso social que cabe a cada psicóloga e psicólogo, e que passa pela defesa intransigente dos direitos.



“Eu trabalho na saúde pública, no departamento de infectologia, e já presenciei muitos episódios de racismo, homofobia e discriminações por parte de colegas da equipe. São falhas gravíssimas, inclusive hoje criminalizadas, que afetam os atendimentos e geram muitos conflitos. Mesmo que o Conselho faça bastante orientação, acho que ele deveria fazer ressalvas, e notificar essas pessoas que têm atitudes e argumentações totalmente antiéticas. Ser mais incisivo e atuar de uma maneira corretiva.”

**Carlos Roberto Carvalho Gonçalves da Silva (CRP 06/86314)**

Está no Código de Ética, nas responsabilidades da categoria, que é vedado às psicólogas e aos psicólogos praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão.



Cabe ao CRP SP zelar pelo cumprimento dos princípios de ética e disciplina da profissão. Para isso, existem ações orientativas com foco na prevenção, numa abordagem mais instrutiva e menos punitiva, para minimizar a ocorrência de infrações éticas e fortalecer o compromisso social da categoria. Em casos de denúncias, é possível apresentar queixa anônima à Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), para análise dos indícios de irregularidade e condução das providências cabíveis.

**Saiba como apresentar ao CRP SP uma queixa ou representação.**

“Particpei do CRP Acolhe e foram apresentados os eventos e workshops que o Conselho promove para oferecer atualizações à categoria. Então percebi que o trabalho vai muito além das leis. Foi o básico que a gente precisa saber sobre processos burocráticos que não aprendemos na faculdade, né? O que é necessário para atender online e presencial, as documentações, como usar o registro etc. Minha expectativa daqui em diante é que, no mínimo, a gente tenha os problemas resolvidos quando precisarmos do CRP SP.”

**Profissional não quis se identificar.**

“A gente não consegue falar aqui no CRP. Tentei **ligar diversas vezes** porque precisava pagar a anuidade e não dava. Aparecia uma mensagem no sistema que eu não devia nada, para entrar em contato com o Conselho. Até que tive que vir pessoalmente para descobrir que, por ter **mais de 65 anos**, sou isenta do pagamento. O atendimento presencial é muito bom. Mas poderiam melhorar a divulgação de informações, uma comunicação mais efetiva. Além do jornalzinho, **eu não recebo nenhuma informação.**”

**Tânia Maria Calçada (CRP 06/24691)**

Nos últimos anos, após um período de qualificação profissional, está havendo a ampliação do quadro de profissionais do atendimento, para compor uma equipe técnica que corresponda ao crescimento da categoria.

As informações sobre valores, modalidades de pagamento, isenção e outras especificidades constam no site do CRP SP, no ícone Atendimento, na seção Anuidades. Todas as especificidades da cobrança cumprem com a Resolução CFP nº 8, de 5 de maio de 2023.



As divulgações do Conselho são feitas por meio das redes sociais (X, Instagram, LinkedIn, Facebook e YouTube) e também com o disparo de informes por e-mail, no endereço inserido nos dados cadastrais. Reforçamos a importância de **manter essas informações atualizadas** regularmente, no site do CRP SP.

Orientar psicólogas e psicólogos na sua prática é uma das principais atribuições do Conselho. Tanto a categoria quanto quem usa os serviços psicológicos pode entrar em contato com a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) para saber informações sobre questões relativas à legislação, ética e regulamentações do **exercício profissional.**



Atos Oficiais do CRP SP

“Sou recém-formada e tenho **muitas dúvidas**, mas sei que vai ser necessário vir pessoalmente para falar com alguém sobre esses questionamentos, já que não é possível conseguir contato por telefone. Por exemplo, **em relação aos empregos**, poderiam indicar empresas conveniadas que têm vagas abertas, ou oportunidades de estágios no próprio Conselho.”

**Carla Gabriela da Silva Camargo (CRP 06/194125)**

Esta não é uma atribuição que faz parte das funções precípuas do Conselho. Em relação às contratações da autarquia, é possível acompanhar a abertura de editais no **Portal da Transparência do CRP SP**, onde ficam disponíveis informações sobre atas das reuniões, balanço financeiro e orçamentário, licitações, entre outros.



**Confira dois materiais de apoio para quem está iniciando a profissão:**

**CRP Acolhe**  
Orientações  
Gerais às novas  
psicólogas e aos  
novos psicólogos



**Manual de**  
**Orientações**  
Legislação e  
Recomendações para  
o Exercício Profissional  
da Psicóloga



## ESTANTE

## Conheça a seleção de conteúdos do CRP SP sobre a prática psicológica.



### Manual da Psicologia e Direitos Humanos

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CREPOP SP). 2.ed. São Paulo: CRP SP, 2022. Elaborado pela Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas do CRP SP, o material traz um compilado de normativas para orientar psicólogas e psicólogos no exercício profissional pautado pelo compromisso social e ético da Psicologia. Disponível na Biblioteca Virtual CRP SP ([bibliotecacrpsp.com.br](http://bibliotecacrpsp.com.br)).

### Povos indígenas e Psicologia - a procura do bem viver

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. São Paulo: CRP SP, 2016. Publicação marca uma década de esforços do CRP SP em promover o compromisso da Psicologia brasileira às questões que afetam as comunidades indígenas, e tem como base as palestras do 3º Ciclo de Debates Psicologia e Povos Indígenas. Disponível no site do CRP SP, na seção "Livros", dentro de "Publicações".

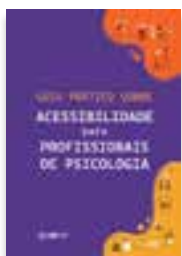


### II Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. São Paulo: CRP SP, 2022. Seleção dos dez trabalhos premiados em 2021, em produções que abordam temáticas como afeto, memória, sofrimentos psicológicos e ético-políticos, esquecimentos discursivos, branquitude ideológica e obras artísticas. Disponível no site do CRP SP, na seção "Livros", dentro de "Publicações".

### Caderno Temático 40: Cuidado em Liberdade

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. São Paulo: CRP SP, 2022. O Caderno Temático – Volume 40 reproduz as conversas entre profissionais da Psicologia e militantes da Luta Antimanicomial e antiproibicionista que participaram do podcast do CRP SP, o Estação Psicologia. Disponível na Biblioteca Virtual CRP SP ([bibliotecacrpsp.com.br](http://bibliotecacrpsp.com.br)).



### Guia prático sobre acessibilidade para profissionais de Psicologia

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. São Paulo: CRP SP, 2022. A cartilha traz orientações para psicólogas e psicólogos diante da atuação junto a pessoas com deficiências, pautando seu fazer por responsabilidade ética e técnica. Disponível no site do CRP SP, na seção "Cartilhas", dentro de "Publicações".

### Documento de orientação CRP 06 nº 002/2019

A atuação profissional de psicólogas/os no processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans. CREPOP SP. Documento de orientação baseado nas leis e portarias que abordam o atendimento universal à saúde e ao atendimento específico da população trans. Disponível no site do CRP SP, na seção "Diversos", dentro de "Publicações".





### Psicologia no Dia a Dia

Campanha de orientação com explicações sobre temas que costumam gerar dúvidas à categoria, tais como produção de documentos escritos e cuidados ao trabalhar com planos de saúde. Os conteúdos foram elaborados pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) e pela Comissão de Ética (COE) do CRP SP. Disponível no canal do CRP SP no YouTube.

### CREPOP e suas Referências Técnicas

Série de vídeos sobre as publicações elaboradas pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Ao trabalhar em rede, e integrar os conselhos regionais de todo o país, o órgão realiza pesquisas e organiza materiais com informações das práticas em diferentes áreas de atuação da Psicologia. Disponível no canal do CRP SP no YouTube.



### Por um SUS Antimanicomial

Conselheiras e conselheiros do CRP SP explicam conceitos importantes da Luta Antimanicomial. Os vídeos fizeram parte de uma campanha que ainda teve a projeção de mensagens em edifícios, como forma de despertar reflexões sobre o cuidado em liberdade e defesa da saúde mental na rede pública. Disponível no canal do CRP SP no YouTube.

### CRP SP Debate (Lives)

A realização de lives pelo CRP SP teve início durante a pandemia da Covid-19 e seguiu com discussões acerca de temas pertinentes à profissão, especialmente sobre a prática psicológica sob a perspectiva da garantia de direitos. Disponível no canal do CRP SP no YouTube.



### Estação Psicologia

Podcast oficial do CRP SP que trata sobre saúde mental, Direitos Humanos, políticas públicas, entre outros assuntos importantes para a Psicologia. Disponível nas plataformas de áudio (Spotify, Deezer, Apple Podcasts, Amazon Music, Google Podcasts e Anchor) e no canal do CRP SP no YouTube.



Conselho  
Regional de  
**PSICOLOGIA SP**

**50**  
**anos** 



**Diferenças  
que constroem,**  
Compromisso social  
e ético da Psicologia